



Portaria do(a) Reitor(a) N° 1795, de 29 de junho de 2022

Estabelece as normas gerais do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) no âmbito do IFSC.

A Reitora em exercício do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Portaria n° 267, de 30 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União - DOU – de 03 de maio de 2021, que autoriza implementação do programa de gestão pelas unidades do Ministério da Educação - MEC e de suas entidades vinculadas;

Considerando o Decreto n° 11.072, de 17 de maio de 2022, dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

Considerando Resolução n° 07, de 28 de dezembro de 2021, do Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas (CDP) do IFSC;

Considerando a Nota n° 00057, de 07 de dezembro de 2021, expedida pela Procuradoria Federal do IFSC;

Considerando os Pareceres Jurídicos da PGF/AGU n. 00065/2022/GAB/PF/IFSC/PGF/AGU e n. 00091/2022/GAB/ PF/IFSC/PGF/AGU, que avaliaram aspectos jurídicos relativos ao Programa de Gestão;

RESOLVE:

Art. 1° Estabelecer as normas gerais do Programa de Gestão, no âmbito do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC.

Art. 2° Revogar a Portaria 1.127/2022, de 20 de abril de 2022, convalidando seus efeitos até a presente data.

Art. 3° Essa Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 4° Esta Normativa estabelece orientações, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos servidores em exercício no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) relativos à implementação do programa de gestão na Instituição, na forma do Decreto n° 11.072, de 17 de maio de 2022, expedida pelo Presidente da República.

Art. 5° Para os fins desta Normativa se considera:

- I. Programa de gestão: ferramenta de gestão autorizada em ato normativo de Ministro de Estado e respaldada por norma de procedimentos gerais, que disciplina o exercício de atividades em que os resultados possam ser efetivamente mensurados, cuja execução possa ser realizada pelos participantes;
- II. Atividade: conjunto de ações específicas a serem realizadas de forma individual e supervisionada pelas chefias imediatas, visando entregas no âmbito de projetos e processos de trabalho institucionais;
- III. Entrega: resultado do esforço empreendido na execução de uma atividade sendo definida no planejamento e com data prevista de conclusão;
- IV. Unidade: a Reitoria e Pró-Reitorias do IFSC e cada um de seus câmpus;
- V. Dirigente da unidade: autoridade máxima da unidade, ou seja, o Reitor, Pró-Reitores, no caso da Reitoria e os Diretores-Gerais, no caso dos câmpus;
- VI. Chefia imediata: autoridade imediatamente superior ao participante;
- VII. Chefias: todas as autoridades superiores ao participante;
- VIII. Teletrabalho: modalidade de trabalho em que o cumprimento da jornada regular pelo participante pode ser realizado fora das dependências físicas do órgão, em regime de execução parcial ou integral, de forma remota e com a utilização de recursos tecnológicos, para a execução de atividades que sejam passíveis de controle e que possuam metas, prazos e entregas previamente definidos e, ainda, que não configurem trabalho externo, dispensado do controle de frequência, nos termos desta Normativa;
- IX. Regime de execução parcial: quando a forma de teletrabalho a que está submetido o participante restringe-se a um cronograma específico, dispensado do controle de frequência exclusivamente nos períodos em que a atividade laboral seja executada remotamente, nos termos desta Normativa;
- X. Regime de execução integral: quando a forma de teletrabalho a que está submetido o participante compreende a totalidade da sua jornada de trabalho, dispensado do controle de frequência, nos termos desta Normativa;
- XI. Trabalho externo: atividades que, em razão da sua natureza, do cargo ou das atribuições da unidade que as desempenha, são desenvolvidas externamente às dependências do órgão ou entidade e cujo local de realização é definido em função do seu objeto;
- XII. Área de gestão de pessoas: unidade administrativa integrante da estrutura organizacional da instituição competente para implementação da política de pessoal, sendo, no caso do IFSC, a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP); e
- XIII. Área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais: unidade administrativa integrante da estrutura organizacional da Instituição que tenha competência relativa à gestão estratégica e à avaliação de resultados, sendo, no caso do IFSC, a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN), em conjunto com a DGP, no que diz respeito aos resultados individuais.

DO PROGRAMA DE GESTÃO

Art. 6º O programa de gestão do IFSC abrangerá as atividades cujas características permitam a mensuração da produtividade, dos resultados e do desempenho do participante em suas entregas.



Art. 7º As atividades que possam ser adequadamente executadas de forma remota e com a utilização de recursos tecnológicos serão realizadas preferencialmente na modalidade de teletrabalho parcial ou integral.

§ 1º Enquadram-se nas disposições do caput, mas não se limitando a elas, atividades com os seguintes atributos:

- I. cuja natureza demande maior esforço individual e menor interação com outros agentes públicos;
- II. cuja natureza de complexidade exija elevado grau de concentração; ou
- III. cuja natureza seja de baixa a média complexidade com elevado grau de previsibilidade e/ou padronização nas entregas.

§ 2º O teletrabalho não poderá:

- I. abranger atividades cuja natureza exija a presença física do participante na unidade ou que sejam desenvolvidas por meio de trabalho externo;
- II. reduzir a capacidade de atendimento de setores que atendam ao público interno e externo.

Art. 8º São objetivos do programa de gestão do IFSC alcançar os seguintes resultados e benefícios:

- I. promover a gestão da produtividade e da qualidade das entregas dos participantes
- II. contribuir com a redução de custos no poder público;
- III. estimular a sustentabilidade;
- IV. atrair e manter novos talentos;
- V. contribuir para a motivação e o comprometimento dos participantes com os objetivos da Instituição;
- VI. estimular o desenvolvimento do trabalho criativo, da inovação e da cultura de governo digital;
- VII. proporcionar mais qualidade de vida aos servidores, principalmente por meio da otimização do tempo com mobilidade, escolha do ambiente de trabalho, flexibilidade de horários, redução de custos com transporte, entre outros;
- VIII. gerar e implementar mecanismos de avaliação e alocação de recursos; e
- IX. promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade.

Art. 9º A participação dos servidores no programa de gestão do IFSC ocorrerá em função da conveniência e do interesse do serviço, não se constituindo direito do participante.

Parágrafo Único: O servidor terá sua participação no Programa de Gestão assegurada quando houver por junta médica do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) indicação ao servidor para desenvolver suas atividades em teletrabalho.

Art. 10 Após a autorização pelo Ministro de Estado, a implementação do programa de gestão observará:

- I. o atendimento às orientações, critérios e procedimentos gerais estabelecidos nesta Normativa;
- II. a execução do programa de gestão;
- III. o acompanhamento do programa de gestão.



Art. 11 Cada servidor participante do programa de gestão, juntamente com suas chefias, deverá preencher uma tabela de atividades contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I. atividade;
- II. faixa de complexidade da atividade;
- III. parâmetros adotados para definição da faixa de complexidade;
- IV. tempo de execução da atividade em regime presencial;
- V. tempo de execução da atividade em teletrabalho;
- VI. ganho percentual de produtividade estabelecido;
- VII. entregas esperadas.

§ 1º As atividades cujos resultados não possam ser efetivamente mensurados não deverão ser incluídas na tabela.

§ 2º A tabela de atividades de que trata o caput deverá ser aprovada pelo dirigente da unidade. Considerando o princípio da transparência,

§ 3º No âmbito dos Câmpus os(as) Dirigentes-Gerais devem apresentar os relatórios gerenciais relativos ao programa de gestão aos Colegiados dos Câmpus para avaliação.

Art. 12 O programa de gestão do IFSC adotará os regimes de execução parcial e integral, que serão definidos após a avaliação da natureza das atividades de cada servidor participante.

Art. 13 Estão vedados de participar do programa de gestão do IFSC os servidores que se enquadram nos incisos I e II do §2º do art. 7º e aqueles cujas atividades não permitam a efetiva mensuração da produtividade, resultados e desempenho em relação às entregas.

Art. 14 O percentual máximo de participantes no programa de gestão do IFSC não excederá os limites de:

- I - para os regimes de execução parcial: 90% (noventa por cento) de servidores em exercício na Reitoria; e 70% (setenta por cento) de servidores em exercício nos câmpus.
- II - para os regimes de execução integral: 50% (cinquenta por cento) de servidores em exercício na Reitoria; e 20% (vinte por cento) de servidores em exercício nos câmpus.

Parágrafo Único: Observados os limites estabelecidos no caput, os percentuais de vagas de cada unidade serão definidos pelos respectivos Editais.

Art. 15 Para o regime de execução parcial, o tempo mínimo de desempenho das atividades na unidade, de maneira presencial, será de 10% (dez por cento) da carga horária mensal do servidor, com periodicidade a ser estabelecida pela chefia imediata servidor em conjunto com o servidor.

Art. 16 O servidor participante do programa de gestão e sua chefia imediata deverão assinar um termo de ciência e responsabilidade, contendo, no mínimo:

- I. a declaração de que o servidor atende às condições para participação no programa de gestão;
- II. o prazo de antecedência mínima de que trata o art. 17 para comparecimento pessoal do servidor à



unidade;

III. as atribuições e responsabilidades do servidor;

IV. o dever do servidor de manter a infraestrutura necessária para o exercício de suas atribuições, na forma do inciso XI do art. 37;

V. a declaração de que está ciente que sua participação no programa de gestão não constitui direito adquirido, podendo ser desligado nas condições estabelecidas nos artigos 30 a 36 desta Normativa;

VI. a declaração de que está ciente quanto à vedação de pagamento das vantagens a que se referem os artigos 45 a 52;

VII. a declaração de que está ciente quanto à vedação de utilização de terceiros para a execução dos trabalhos acordados como parte das metas;

VIII. o contato entre chefia e servidor deve ocorrer formalmente, de preferência por meio do e-mail institucional, e essa informação deve constar no termo de ciência;

IX. a declaração de que está ciente quanto:

a) ao dever de observar as disposições constantes da Lei no 13.709, de 14 e agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que couber;

b) as orientações da Portaria no 15.543, de 2 de julho de 2020, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal.

Parágrafo Único: A tabela de atividades, prevista no art. 11, e o termo de ciência e responsabilidade, previsto no caput deste artigo, deverão ser registrados em sistema informatizado apropriado, nos termos do art. 39.

Art. 17 O prazo de antecedência mínima de convocação para comparecimento pessoal do servidor participante do programa de gestão à unidade, seja no regime de execução parcial ou integral, quando houver interesse fundamentado da Administração ou pendência que não possa ser solucionada por meios telemáticos ou informatizados, será de cinco dias úteis.

§ 1º A convocação deverá ser enviada pelo e-mail institucional, sendo possível a utilização de outros meios de comunicação adicionais para reforçar a convocação, desde que acordados nos planos de trabalho, sendo necessária a justificativa institucional da chefia imediata para a ocorrência da convocação.

§ 2º Em casos excepcionais, em que haja risco iminente ao patrimônio público, à imagem e demais ativos da Instituição ou às pessoas de uma forma geral, o prazo referido no caput deste artigo será reduzido para 12 (doze) horas para servidores em regime parcial e integral, devendo a convocação ser realizada por e-mail institucional e, eventualmente, por outros meios de comunicação.

DO EDITAL

Art. 18 As unidades do IFSC divulgarão aos seus servidores, por meio de edital de seleção, por fluxo contínuo de responsabilidade do Dirigente da Unidade devendo conter as especificidades:

I. total de vagas por setor;

II. regimes de execução;



- III. vedações à participação;
- IV. prazo de permanência no programa de gestão, quando aplicável;
- V. conhecimento técnico requerido para desenvolvimento da atividade;
- VI. infraestrutura mínima necessária ao interessado na participação;
- VII. validade do edital, mínima de 01 (um) ano.

Parágrafo único: A abertura, o acompanhamento, as tramitações, os registros e o arquivamento do edital e de toda a documentação processual referente a ele deverão ocorrer por meio de processo eletrônico no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC).

Art. 19 O edital deverá considerar critérios objetivos na distribuição da pontuação, que avaliem, entre outros fatores, a compatibilidade entre as atividades a serem desempenhadas e o conhecimento técnico dos interessados.

Art. 20 Sempre que o total de candidatos habilitados exceder o total de vagas e houver igualdade de habilidades e características entre os habilitados, o Dirigente da Unidade observará, os seguintes critérios, na priorização dos participantes:

- I. gestantes e lactantes, durante o período de gestação e amamentação;
- II. pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- III. com maior tempo de exercício no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC);
- IV. com horário especial, nos termos dos parágrafos 1º a 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
- V. quantidade de dependentes em idade escolar na mesma residência do servidor;
- VI. servidores que convivem com pessoas do grupo de risco para doenças infectocontagiosas.

Art. 21 O programa de gestão poderá ser alternativa aos servidores que queiram permanecer na unidade de lotação e que atendam aos requisitos para remoção, nos termos das alíneas "a" e "b" do inciso III do caput do art. 36, da Lei no 8.112, de 1990, e para concessão da licença por motivo de afastamento de cônjuge ou companheiro/a prevista no art. 84 da Lei no 8.112, de 1990, desde que para o exercício de atividade compatível com o seu cargo e sem prejuízo para a Administração.

Parágrafo Único: esse artigo não se aplica às atividades docentes.

Art. 22 O candidato selecionado para participar do programa de gestão deverá assinar o plano de trabalho, que conterá:

- I. as atividades a serem desenvolvidas com as respectivas metas a serem alcançadas expressas em horas equivalentes;
- II. o regime de execução em que participará do programa de gestão, indicando o cronograma em que cumprirá sua jornada em regime presencial, quando for o caso;
- III. o termo de ciência e responsabilidade, nos moldes do art. 16.

§ 1º O plano de trabalho de que trata o caput deverá ser registrado em sistema informatizado apropriado, nos termos do art. 39.

§2º A chefia imediata poderá redefinir as atividades e metas, em acordo com o servidor, por



necessidade do serviço, na hipótese de surgimento de demanda prioritária, que não tenha sido acordada anteriormente.

§3º As metas serão calculadas em horas para cada atividade em cada faixa de complexidade e apresentadas na tabela de atividades conforme previsto no art. 11.

§4º As metas semanais não poderão superar o quantitativo de horas da jornada semanal de trabalho do participante no programa de gestão.

Art. 23 O plano de trabalho deverá prever a aferição das entregas realizadas, mediante análise fundamentada da chefia imediata, em até 40 (quarenta) dias, quanto ao atingimento ou não das metas estipuladas.

§1º A aferição que trata o caput deve ser registrada em um valor que varia de 0 (zero) a 10 (dez), onde 0 (zero) é a menor nota e 10 (dez) a maior nota.

§2º Somente serão consideradas aceitas as entregas cuja nota atribuída pela chefia imediata seja igual ou superior a 5 (cinco).

DO ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA DE GESTÃO

Art. 24 Após a aprovação desta normativa, será criada, com prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a Comissão Permanente do Programa de Gestão do IFSC (CPPG), como órgão consultivo e de assessoramento aos dirigentes de unidade. A referida Comissão contará com a seguinte composição:

I. 01 membro da CIS;

II. 01 membro da CPPD

III. 01 membro da Gestão do IFSC – a ser escolhido dentre os Diretores Gerais dos Câmpus;

IV. 01 membro do GT de construção das tabelas;

V. 01 membro do GT dos sistemas;

VI. 02 membros TAEs;

VII. 02 membros Docentes;

VIII. 01 membro Discente;

IX. 01 membro externo;

X. 01 representante do SINASEFE;

Art. 25 Decorridos 6 (seis) meses da efetiva implantação do programa de gestão na unidade, o Dirigente da Unidade, elaborará um relatório de cunho avaliativo contendo:

I. o grau de comprometimento dos participantes;

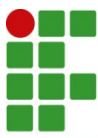
I. a efetividade no alcance de metas e resultados;

II. os benefícios e prejuízos para a unidade;

III. as facilidades e dificuldades verificadas na implantação e utilização do sistema de que trata o art. 39;

IV. a conveniência e a oportunidade na manutenção do programa de gestão, fundamentada em critérios técnicos e considerando o interesse da Administração.

§ 1º O relatório a que se refere o caput será submetido à manifestação técnica da área de gestão de



pessoas e da área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais do IFSC e enviado para aprovação do Colegiado do Câmpus, que encaminhará para análise do Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas.

§ 2º As manifestações técnicas de que tratam o §1º poderão indicar a necessidade de reformulação desta Normativa para corrigir eventuais falhas ou disfunções identificadas no programa de gestão.

§ 3º Na hipótese do § 2º, a reformulação da Normativa observará as considerações da área de gestão de pessoas e da área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais.

Art. 26 Ao término do mesmo período tratado no art. 25, considerado como ambientação, o IFSC deverá:

I - revisar a parametrização do sistema de que trata o art. 38;

II - enviar os dados a que se refere o art. 39, revisando, se necessário, o mecanismo de coleta das informações requeridas pelo órgão central do SIPEC.

Art. 27 Se necessário, ao término do mesmo período tratado no art. 25, o IFSC poderá:

I - realizar eventuais ajustes nas normas internas;

II - revisar o mapeamento da tabela de atividades de que trata o art. 11.

Art. 28 Não poderão ser divulgadas informações sigilosas ou pessoais, bem como aquelas que tenham seu acesso restrito por determinação legal, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados, Lei no 13.853, de 2019.

Art. 29 Com a finalidade de conhecer os benefícios e resultados advindos da implementação do programa de gestão, cada Dirigente da Unidade deverá elaborar relatório gerencial contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - de natureza quantitativa, para análise estatística dos resultados alcançados:

a) total de participantes e percentual em relação ao quadro de pessoal;

b) variação de gastos, quando houver, em valores absolutos e percentuais;

c) variação de produtividade, quando houver, em valores absolutos e percentuais;

d) variação de agentes públicos por unidade após adesão ao programa de gestão;

e) variação no absenteísmo, em valores absolutos e percentuais; e

f) variação na rotatividade da força de trabalho, em valores absolutos e percentuais.

II - de natureza qualitativa, para análise gerencial dos resultados alcançados:

a) melhoria na qualidade dos produtos entregues;

b) dificuldades enfrentadas;

c) boas práticas implementadas; e

d) sugestões de aperfeiçoamento da Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, quando houver.

e) avaliação e autoavaliação sobre ganho de qualidade de vida do servidor em regime de teletrabalho.

Parágrafo Único. O IFSC providenciará, por meio de ofício do Reitor, o encaminhamento dos



relatórios de que trata o caput deste artigo ao órgão central do SIPEC, para fins de informações gerenciais, na forma do art. 42 até 30 de novembro de cada ano.

DAS VEDAÇÕES E DO DESLIGAMENTO DO PROGRAMA DE GESTÃO

Art. 30 O dirigente da unidade poderá, por razões técnicas devidamente fundamentadas, estabelecer hipóteses de vedação à participação no programa de gestão, ainda que diferentes daquelas previstas no art. 13 desta Normativa.

Art. 31 O dirigente da unidade deverá desligar o participante do programa de gestão:

- I. por solicitação do participante, observada antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis;
- II. no interesse da Administração, por razão de conveniência, necessidade ou redimensionamento da força de trabalho, devidamente justificada, observada antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis;
- III. pelo descumprimento das metas e obrigações previstas no plano de trabalho a que se refere o art. 23 e do termo de ciência e responsabilidade a que se refere o art. 11;
- IV. pelo decurso de prazo de participação no programa de gestão;
- V. em virtude de remoção, com alteração da unidade de exercício;
- VI. em virtude de aprovação do participante para a execução de outra atividade não abrangida pelo programa de gestão, salvo nas acumulações lícitas de cargos quando comprovada a compatibilidade de horários;
- VII. pela superveniência das hipóteses de vedação previstas nesta Normativa;
- VIII. pelo descumprimento das atribuições e responsabilidades previstas no art. 33 desta Normativa.

Art. 32 Situações que levam à alteração do regime de trabalho do servidor, poderão incorrer na revisão da concessão de teletrabalho.

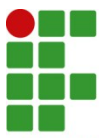
Art. 33 O Ministro de Estado poderá, excepcionalmente, suspender o programa de gestão, bem como alterar ou revogar a respectiva Normativa, por razões técnicas ou de conveniência e oportunidade, devidamente fundamentadas.

Parágrafo Único. O participante deverá atender às novas regras da Normativa e do Programa de Gestão alterados, conforme os prazos mencionados, no ato que as modificarem.

Art. 34 Nas hipóteses de que tratam os artigos 31, 21 e 33, o participante continuará em regular exercício das atividades no programa de gestão até que seja notificado do ato de desligamento, suspensão ou revogação da Normativa e do programa de gestão.

Parágrafo Único. A notificação de que trata o caput deste artigo definirá prazo superior a (10) dez dias úteis para que o participante do programa de gestão volte a se submeter ao controle de frequência.

Art. 35 As atividades de ensino, desenvolvidas pelos docentes em teletrabalho serão aquelas que não contemplam o ensino presencial em sala de aula e o atendimento extra-classe dos estudantes,



salvo quando parcela das horas-aulas constam regulamentadas nos PPCs, com percentual de carga horária EAD ou outras modalidades aprovadas pelo Colegiado Superior.

Art. 36 O teto de percentual para a adesão parcial ao Teletrabalho não se aplica para a carga horária de organização do ensino dos docentes, sendo a estes reservados cumprir as Resoluções 100/CEPE e 23/CONSUP.

DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Art. 37 Constituem atribuições e responsabilidades do participante do programa de gestão do IFSC:

- I. assinar termo de ciência e responsabilidade;
- II. cumprir o estabelecido no plano de trabalho;
- III. atender às convocações para comparecimento à unidade sempre que sua presença física for necessária e houver interesse da Administração Pública, na forma do art. 17 desta Normativa;
- IV. manter dados cadastrais e de contato, especialmente telefônicos, permanentemente atualizados, ativos e disponíveis aos demais servidores da unidade, respeitadas as regras de transparência de informações e dados previstos em legislação;
- V. consultar diariamente o seu e-mail institucional e demais formas de comunicação da unidade e do setor de exercício;
- VI. permanecer em disponibilidade constante para contato pelo período acordado com as chefias, não podendo extrapolar o horário de funcionamento da unidade;
- VII. manter as chefias informadas, de forma periódica e sempre que demandado, acerca da evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;
- VIII. comunicar às chefias a ocorrência de quaisquer afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas e prazos ou possível redistribuição do trabalho;
- IX. zelar pelas informações acessadas de forma remota, mediante observância às normas internas e externas de segurança da informação;
- X. retirar processos e demais documentos das dependências da unidade, quando necessários à realização das atividades, observando os procedimentos relacionados à segurança da informação e à guarda documental, constantes de regulamentação própria, quando houver, e mediante termo de recebimento e responsabilidade; e
- XI. providenciar as estruturas físicas e tecnológicas necessárias, inclusive aquelas relacionadas à segurança da informação, mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos, assumindo, inclusive, os custos referentes à conexão à internet, energia elétrica e telefone, entre outras despesas decorrentes do exercício de suas atribuições, de maneira que seja possível realizar o atendimento satisfatório de todas as demandas e metas estipuladas.

Art. 38 Compete ao Dirigente da Unidade:

- I. dar ampla divulgação das regras para participação no programa de gestão, nos termos desta Normativa;



- II. divulgar nominalmente os participantes do programa de gestão de sua unidade, mantendo a relação atualizada e disponível no sítio eletrônico da Instituição;
- III. controlar os resultados obtidos em face das metas fixadas para sua unidade;
- IV. analisar os resultados do programa de gestão em sua unidade;
- V. supervisionar a aplicação e a disseminação do processo de acompanhamento de metas e resultados;
- VI. colaborar com a área de gestão de pessoas e a área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais para melhor execução do programa de gestão;
- VII. sugerir ao Reitor, com base nos relatórios, a suspensão, alteração ou revogação desta Normativa e do programa de gestão, em sua unidade;
- VIII. enviar, de forma eletrônica, para arquivamento da área de gestão de pessoas, os relatórios de que tratam os artigos 25 e 29;
- IX. manter contato permanente com a área de gestão de pessoas e a área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais, a fim de assegurar o regular cumprimento das regras do programa de gestão.
- X. garantir a manutenção do atendimento ao público, mediante a organização da escala de trabalho com isonomia entre participantes e não participantes do programa de gestão.

Art. 39 Compete ao Instituto Federal de Santa Catarina:

- I. prover a infraestrutura física e tecnológica necessária nos câmpus e reitoria para que as reuniões entre os servidores no regime presencial e no Programa de Gestão ocorram de forma integrada, possibilitando isonomia entre os servidores.
- II. prover infraestrutura necessária para que os estudantes possam ter aulas, nos seus respectivos campus, com os servidores que aderiram ao Programa de Gestão.
- III. para os casos excepcionais e/ou de Laudo Médico Pericial de indicação ao Teletrabalho Integral o IFSC deverá providenciar infraestrutura necessária para os discentes assistirem às aulas remotamente.
- IV. nos casos em que os servidores necessitam de assistência técnica sobre os equipamentos e softwares do IFSC, cedidos para o Teletrabalho, cabe ao servidor solicitar assistência técnica do IFSC, mediante chamado, e quando necessário, levá-los à instituição a fim de receber a assistência.
- V. desenvolver, quando necessário, atividades de capacitação aos servidores em Teletrabalho.

Art. 40 Compete à chefia imediata e demais chefias:

- I. acompanhar a qualidade e a adaptação dos participantes do programa de gestão;
- II. manter contato permanente com os participantes do programa de gestão para repassar instruções de serviço e manifestar considerações sobre sua atuação;
- III. aferir o cumprimento das metas estabelecidas bem como avaliar a qualidade das entregas;
- IV. dar ciência ao dirigente da unidade sobre a evolução do programa de gestão, dificuldades encontradas e quaisquer outras situações ocorridas, para fins de consolidação dos relatórios; e
- V. registrar a evolução das atividades do programa de gestão nos relatórios periodicamente.



Art. 41 Compete à área de gestão de pessoas e à área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais:

- I. zelar pelo bom e correto funcionamento do programa de gestão na Instituição; e
- II. cuidar para que toda a documentação referente ao programa de gestão se mantenha organizada e arquivada no SIPAC.

DO SISTEMA DE MONITORAMENTO

Art. 42 O IFSC utilizará sistema informatizado adequado, próprio ou disponibilizado pelo órgão central do SIPEC, como ferramenta de apoio tecnológico para acompanhamento e controle do cumprimento de metas e alcance de resultados.

§1º O sistema de que trata o caput deste artigo permitirá:

- I - a tabela de atividades conforme art. 11;
- II - o plano de trabalho conforme definido no art. 23;
- III - o acompanhamento do cumprimento de metas;
- IV - o registro das alterações no plano de trabalho previstas no §2º do art. 23;
- V - a avaliação qualitativa das entregas;
- VI - a designação dos executores e avaliadores das entregas acordadas;
- VII - elaboração de relatórios gerenciais que tratam os artigos 25 e 29;
- VIII - emissão de relatórios gerenciais que possibilitem as tomadas de decisões.

§2º O sistema disponível será utilizado durante os seis primeiros meses, após, será reavaliada a possibilidade de adesão a outro sistema.

Art. 43 No caso do sistema informatizado de que trata o art. 42, os custos de implementação e sustentação serão de responsabilidade do IFSC.

Art. 44 O IFSC irá disponibilizar Interface de Programação de Aplicativos para o órgão central do SIPEC com o objetivo de fornecer informações atualizadas no mínimo semanalmente, registradas no sistema informatizado de que trata o art. 38, bem como os relatórios de que trata o art. 29.

§1º As informações de que trata o caput deste artigo deverão ser divulgadas pelo IFSC, em seu sítio eletrônico com, pelo menos, mas não se restringindo, as seguintes informações:

- I - plano de trabalho;
- II - relação dos participantes do programa de gestão, discriminados por unidade;
- III - entregas acordadas; e
- IV - acompanhamento das entregas de cada unidade.

§2º Apenas serão divulgadas informações não sigilosas, com base nas regras de transparência de informações e dados previstas em legislação.

§3º O órgão central do SIPEC emitirá documento com as especificações detalhadas dos dados a serem enviados e da interface de programação de aplicativos previstos no caput deste artigo.

DAS INDENIZAÇÕES E VANTAGENS



Art. 45 Fica vedada a autorização da prestação de serviços extraordinários e horas excedentes aos participantes do programa de gestão.

Parágrafo único. O cumprimento, pelo participante, de metas superiores às metas previamente estabelecidas, não configura a realização de serviços extraordinários e horas excedentes.

Art. 46 Não haverá banco de horas para os participantes do programa de gestão.

Parágrafo Único. Verificada a existência de banco de horas, o servidor deverá usufruir as horas computadas como excedentes ou compensar as horas negativas, antes do início da participação no programa de gestão.

Art. 47 Não será concedida ajuda de custo ao participante do programa de gestão quando não houver mudança de domicílio em caráter permanente, no interesse da Administração.

Parágrafo Único. Será restituída a ajuda de custo paga nos termos do Decreto no 4.004, de 8 de novembro de 2001, quando antes de decorridos 3 (três) meses do deslocamento, o servidor regressar ao seu domicílio de origem em decorrência de teletrabalho em regime de execução integral.

Art. 48 O participante do programa de gestão que se afastar da sede do órgão em caráter eventual ou transitório, no interesse da Administração, para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias, destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana, utilizando como ponto de referência a localidade da unidade de exercício.

Art. 49 O participante do programa de gestão somente fará jus ao pagamento do auxílio transporte nos casos de teletrabalho parcial, para os deslocamentos de sua residência ao local de trabalho e vice-versa, nos termos da Instrução Normativa no 207, de 21 de outubro de 2019, expedida pelo Ministério da Economia.

Art. 50 Não será concedido o auxílio-moradia ao participante em teletrabalho quando em regime de execução integral.

Art. 51 Fica vedado o pagamento de adicional noturno aos participantes do programa de gestão em regime de teletrabalho.

§1º O disposto no caput deste artigo não se aplica aos casos em que for possível a comprovação da atividade, ainda que remota, prestada em horário compreendido entre 22h (vinte e duas horas) de um dia e 5h (cinco horas) do dia seguinte, desde que autorizada pela chefia imediata e validada pelo dirigente da unidade.

§2º A autorização de que trata o §1º somente poderá ser deferida mediante justificativa quanto à necessidade da medida, considerando-se a natureza da atividade exercida.

Art. 52 Fica vedado o pagamento de adicionais ocupacionais de insalubridade e periculosidade, ou



quaisquer outros relacionados à atividade presencial, para os participantes do programa de gestão em regime de teletrabalho.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 53 Todas as chefias são responsáveis por avaliar e utilizar com razoabilidade os instrumentos previstos nesta Normativa, a fim de assegurar a preservação, funcionamento, continuidade e melhoria da prestação dos serviços do IFSC, prezando para que o programa de gestão não implique em prejuízos à Instituição.

Art. 54 Os casos omissos devem ser avaliados pelo Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas, ouvida a Comissão Permanente do Programa de Gestão IFSC e encaminhados ao Reitor na forma de proposição de melhoria.

Art. 55 O relatório da Comissão Permanente do Programa de Gestão do IFSC (CPPG) será submetido ao Conselho Superior do IFSC (Consup).

Art. 56 Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANDREA MARTINS ANDUJAR

ANDREA MARTINS ANDUJAR
Autenticado Digitalmente